

Cidade de Deus: o reassentamento



MARCELO
CÔRTE
NERI

Cidade de Deus, além de cenário do filme brasileiro com mais indicações na história do Oscar, representa valiosa experiência sobre os efeitos de reassentamentos urbanos a partir da remoção de favelas.

O relativamente longo período desde a criação da Cidade de Deus, datada de 1966, permite extrair lições úteis para o desenho de um menu de políticas alternativas como de provisão de infra-estrutura pública em áreas desfavorecidas sem remoção como no caso do programa Favela Bairro em desenvolvimento na Cidade do Rio. Ou de regularização fundiária, hoje em pauta no debate, função da crise metropolitana brasileira atual. O Rio constitui laboratório privilegiado de políticas habitacionais, pois é — já há algum tempo — o Estado mais metropolitano e o mais favelizado da federação.

A realocação de comunidades marginalizadas constitui complexo exercício de economia política, podendo como tal ser enxergada desde as diferentes perspectivas dos diversos tipos de atores envolvidos no processo. Em primeiro lugar, a dos antigos vizinhos da área anteriormente habi-

tada que percebem um ganho de capital derivado da valorização imobiliária — no caso aquela observada no coração da Zona Sul carioca. Em segundo lugar, a perspectiva do setor público aí incluindo aspectos políticos e financeiros imediatos e futuros — por exemplo custos da remoção ou mudanças prospectivas na arrecadação de impostos (IPTU). Por último — e mais importante na perspectiva da pobreza — temos a ótica dos reassentados que se confundem com a própria narrativa perseguida no filme.

Seguimos aqui a última perspectiva citada, analisando as condições de habitação, trabalho e vida dos moradores da Cidade de Deus, que a tratam — assim como nós — por CDD. Em particular, questionamos até que ponto a CDD compartilha dos mesmos problemas sociais de outras favelas de grande porte tais como Rocinha, Complexo do Alemão, Jacarezinho e Maré. Estas comunidades constituem 5 das 32 regiões administrativas cariocas podendo ser analisadas em detalhe a partir do Censo 2000 do IBGE*. A comparação de retratos sociais destas diferentes comunidades fornece impressões iniciais sobre possíveis implicações dos reassentamentos.

Começamos por alguns itens ligados ao quesito habitação, relacionados à própria origem da CDD. A proporção de moradias em terreno próprio (82,8%) é maior do que a média das demais quatro comunidades de baixa renda (73,2%) e

mesmo do Estado do Rio visto como um todo. O financiamento habitacional (6,9%) é bastante superior ao das demais comunidades (1,5% da média), o que é consistente com a idéia de que acesso a crédito e maior formalidade dos direitos de propriedade fundiária caminham de mãos dadas. O pessoal da CDD tem mais acesso a bens duráveis de alto valor, mais sujeitos às restrições de crédito do que nas demais comunidades, tais como máquinas de lavar (55,4% contra 38,3%), automóvel (19,3% contra 12,8%), TV (99,1% contra 97,4%) e videocassete (61% contra 53,6%) — o que permite a quase totalidade de seus habitantes assistir à cerimônia do Oscar e mais da metade assistir ao filme no conforto de seus lares**.

Além de financiamento habitacional e título de propriedade que passam pela esfera estatal. Outro sinal da presença do estado na vida dos moradores da CDD se dá no acesso a alguns serviços públicos que no entanto se apresenta similar entre as comunidades analisadas como rede geral de água (98,2% contra 97,7%), canalização no domicílio (98,3% contra 96,2%), iluminação (99,1% contra 99,4%). O lixo coletado é o único a apresentar maior discrepância favorável a CDD (79,1% contra 52,4%).

Em termos das agruras da vida privada a CDD apresenta a maior renda média do trabalho das cinco comunidades analisadas: 439 reais contra 396 da média das demais 4 comunidades embora a jornada trabalho se situe em nível idêntico de 45,8 horas sema-

nais. Este diferencial salarial pode ser explicado pela maior escolaridade média dos ocupados (7,2 anos completos de estudo), também a mais alta das quatro comunidades analisadas (6,1 anos). Como a taxa histórica brasileira demora cerca de uma década para que a educação média suba um ano a CDD está cerca de uma década a frente das demais favelas mas uma década atrás da totalidade do estado. Já no quesito taxa de desemprego os 22,3% registrados pela CDD representam não só o recorde entre as grandes favelas cariocas (média de 19,1%) mas também de todas 32 Regiões Administrativas da

As condições de vida na Cidade de Deus são próximas às das grandes favelas cariocas, a diferença é que o Estado se faz mais presente

cidade ou os 92 municípios do estado. Note que a alta taxa de desemprego da CDD não decorre da maior atividade econômica pois ela apresenta a menor taxa de participação no mercado de trabalho entre as favelas consideradas (67,9% contra 70,2% da média). De maneira geral, a diferença fundamental na renda percebida no grupo de comunidades é a maior participação de transferências pelo estado (25,3% contra 19,4%).

As condições de moradia na Cidade de Deus estão mais próximas das grandes favelas cariocas do que no restante da cida-

de. Agora a carência de estado aparece um pouco menor na Cidade de Deus do que nas demais favelas. Obviamente, comparações de retratos sociais de comunidades diversas tiradas num dado ponto do tempo não são capazes de determinar relações de causalidade entre reassentamentos e condições de moradia e de trabalho dos envolvidos. Para isso era preciso ter uma seqüência de fotografias, de modo a permitir comparar as mesmas pessoas antes e depois da mudança, ou preferivelmente um filme que acompanhasse a história de vida dessas pessoas***.

*Os dados aqui analisados do banco de dados Mapa do Fim da Fome II advindos de parceria estabelecida entre a Ação da Cidadania, o Banco Rio de Alimentos do SESC e a FGV (vide www.fgv.br/cps) **

Consistentemente com as imagens do filme, CDD é a Região Administrativa carioca com maior presença de pessoas que se auto-intitulam negros ou pardos (62%) mas em contraste com seu nome, Cidade de Deus é a terceira em proporção de pessoas sem religião. *** Janice Perlman realiza pesquisa de campo que entrevistou favelados cariocas em dois momentos 35 anos a parte, incluindo antigos moradores removidos das margens da Lagoa Rodrigo de Freitas para Cidade de Deus.

Marcelo Côrtes Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, é autor de "Retratos da deficiência no Brasil", "Cobertura previdenciária: diagnóstico e prescrições de políticas" e "Ensaio social". E-mail: mcneri@fgv.br